



A PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NO AGENCIAMENTO COLETIVO DE MICROEMPREENDEDORES DA PERIFERIA DE SOBRAL/CE

The municipal government's participation in the collective agency of micro-entrepreneurs from the periphery of Sobral/CE

Sara Heline Rodrigues de Brito Silva

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGE) da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Professora efetiva da Rede Pública Estadual do Ceará.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-7357-9562>

sarahaeline@hotmail.com

Luiz Antônio Araújo Gonçalves

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor Adjunto dos Cursos de Geografia (Bach./Lic.) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGE) da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2090-6312>

luiz_goncalves@uvanet.br

Nilson Almino de Freitas

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor da área de Antropologia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0324-3131>

nilsonalmino@hotmail.com

Artigo recebido em mai/2023 e aceito em ago/2023

RESUMO

Neste trabalho, abordaremos os agenciamentos coletivos de enunciação representados pelo do poder público municipal na periferia cidade de Sobral- CE, no contexto do engajamento dos moradores da periferia da cidade ao microempreendedorismo. Destacamos, assim, o discurso oficial e as medidas efetivadas pela Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Econômico-STDE do município e as ações realizadas pelos moradores desses bairros para se tornarem empreendedores. O objetivo geral foi compreender os discursos e os agenciamentos coletivos do poder público para adesão ao microcrédito referenciado como potencializador do microempreendedorismo. Com base neste recorte, a abordagem qualitativa da pesquisa contemplou também as impressões da/os pesquisadora/es sobre como alguns empreendedores recebem as orientações do poder público via qualificação profissional, formalização dos empreendimentos e realizam essas ações no território urbano. Desse modo, entendemos que esses agenciamentos são articulados pelos trabalhadores que passam a realizar

movimentos no território para concretizarem seus “pequenos negócios”, realizando des-re-territorializações tanto na área central da cidade como nos próprios bairros onde residem em busca por espaços na cidade que acomodem suas necessidades e ações que sejam mais rentáveis.

Palavras-chave: Microempreendedorismo; Políticas Públicas; Microcrédito; Periferia.

ABSTRACT

In this work, we will address the collective enunciation agencies represented by the municipal public authorities in the medium-sized city of Sobral-CE, in the context of the engagement of residents on the outskirts of the city in microentrepreneurship. We therefore highlight the official speech and the measures implemented by the municipality's Department of Labor and Economic Development and the actions taken by residents of these neighborhoods to become entrepreneurs. The general objective was to understand the discourses and collective agencies of public authorities to adhere to microcredit referenced as enhancing microentrepreneurship. Based on this focus, the qualitative approach to the research also included the researcher's impressions of how some entrepreneurs receive guidance from public authorities via professional qualification, formalization of ventures and carry out these actions in the urban territory. In this way, we understand that these agencies are articulated by workers who start to carry out movements in the territory to carry out their “small businesses”, carrying out de-territorializations both in the central area of the city and in the neighborhoods where they reside in search of spaces in the city. that accommodate your needs and actions that are more profitable.

Keywords: Microentrepreneurship; Public Policies; Microcredit; Periphery.

1. INTRODUÇÃO

O estudo faz parte da pesquisa de mestrado realizada entre os anos de 2019 e 2020 junto ao Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - MAG/UVA. Aqui, neste manuscrito, apresentamos um recorte de um trabalho mais amplo que contemplou a compreensão a respeito da performance dos microempreendedores residentes em Sobral- CE, especificamente trabalhadores dos bairros periféricos, dos arranjos que produzem e as situações que estão interligadas a estes participando na transformação da morfologia social.

O microempreendedorismo tem se constituído num tema relevante no período atual em razão da sua difusão no contexto dos países periféricos, para o enfrentamento da falta de emprego formal, oferta de microcrédito tanto por instituições públicas quanto privadas, sejam elas de atuação nacional ou local, em várias cidades do país.

Sobral, cidade média do estado brasileiro do Ceará, não apresenta um movimento diferente, especialmente porque o microempreendedorismo atende demandas de moradores de bairros pobres dessa cidade. É comum a oferta desse tipo de crédito revestida de uma avaliação “positiva”, firmando-a como um caminho na geração de renda ajustada às novas formas de trabalho flexível vivenciadas, sobretudo, por aqueles que estão sem trabalho formal e que são convencidos a serem empreendedores de atividades econômicas que podem desenvolvem, de acordo com suas competências e habilidades.

Dessa maneira, nosso objetivo foi compreender os discursos e os agenciamentos do poder público para ampliar a adesão ao microcrédito, referenciado como potencializador do microempreendedorismo na escala municipal, com destaque para os bairros da periferia da cidade de Sobral-CE, sejam eles: bairro Padre Palhano, Sumaré, Expectativa, Parque Silvana, Cidade José Euclides Ferreira Gomes (Terrenos Novos) e Novo Recanto.

Tentaremos atender ao objetivo proposto pensando, como Deleuze e Guattari (1997), multiplicidades, movimentos, virtualidades que constroem um mundo que não pode ser definido por um “ser”, mas por um “estar” em relação em um complexo de conexões com elementos plurais e intensidades que geram formas de sentir, de agir e de reagir. Considera-se aqui o plano das relações ou do potencial de metamorfose gerado por sinergias e tensões entre os várias desejos e potências entre os elementos das relações. Neste caso, considera-se o agenciamento que é sempre coletivo. A ideia é perseguir o que se faz e o que se diz, verificando como se encontram.

Por um lado, temos na relação o movimento maquínicos de corpos que se misturam e provocam pulsões que tentam ligar uns aos outros, onde, cada máquina interpreta o mundo de acordo com sua potência e energia que emana. Ao lado, os agenciamentos coletivos de enunciação usam os enunciados maquínicos criando novos efeitos de sentido. Compreendemos que os agenciamentos coletivos produzidos no *socius* não dependem somente da individualidade, promovem e são alimentados por *agenciamentos maquínicos dos corpos* (HAESBAERT; BRUCE, 2002). Os agenciamentos coletivos decorrentes da conjuntura neoliberal, conseqüentemente a cultura empreendedora aplicada pela máquina do microcrédito, trazem graves conseqüências às formas de trabalho no período atual, caracterizadas pela presença de um proletariado instável, de ocupação ocasional, da desigualdade salarial entre homens e mulheres, jovens fora da idade escolar e os considerados “idosos” para o mundo trabalho (ANTUNES; ALVES, 2004). Estes são identificados, justamente, como o público-alvo das políticas públicas de engajamento ao empreendedorismo.

Destacamos como um desses movimentos, as políticas socioeconômicas promovidas em Sobral-CE com a participação do poder público municipal e a sustentação de mecanismos apontados pelo discurso político como capazes de contribuir no desenvolvimento local. O fortalecimento desse engajamento teve início na segunda metade dos anos 1990 com o Programa Trabalho Pleno que através das parcerias realizadas entre poder público municipal, bancos e a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), promoveu estímulos socioeconômicos aplicada aos corpos individuais moradores da cidade, encorajando a adesão da população (LOURENÇO, 2003).

As medidas atuais propostas pelo poder público municipal para a composição empreendedora seguem uma regra marcada pela oferta da qualificação profissional, a formalização dos empreendimentos e o seu direcionamento espacial na periferia para os espaços destinados ao

consumo, sejam galerias, mercados ou mesmo feiras de empreendedores realizadas temporariamente em praças públicas. Vale considerar, nas situações observadas, o descompasso entre a formação profissional, às demandas contemporâneas de trabalho e a geração de ações empreendedoras no território.

O estudo realizado traz uma descrição de aspectos percebidos, bem como uma reflexão sobre as ações públicas para o empreendedorismo em Sobral- CE e as des-re-territorializações dos microempreendedores tomadores de microcrédito. Estes processos se conectam a outros processos, máquinas em um agenciamento coletivo de enunciação que tenta unir fluxos múltiplos semióticos, materiais e sociais, tentando otimizar uma metalinguagem teórica que justifique uma cultura empreendedora. Assim, cria um regime discursivo que fala sobre os benefícios da competição, do individualismo, do ser o próprio “patrão” de um contexto de relações peculiares a determinado tipo de capitalismo que não precisa do emprego formal. Cria um sentimento de auto-poder no indivíduo de se “dar bem na vida” com sua competência e trabalho. Estes agenciamentos podem desestabilizar determinadas formas de viver entre as pessoas e, em conexão com outras máquinas, desterritorializa as relações e as colocam em movimento, tentando retomar uma espécie de estabilização em um sistema de rotinas. Entretanto, jamais acontece uma desterritorialização em uma via de mão única e linear. Assim como não existe um movimento que seja voltado para uma espécie de territorialização primitiva ou antiga. Pensamos aqui que, de fato, falar de territorialização contempla os termos desterritorialização e reterritorialização, já que não é possível pensar este movimento como linear, mas como múltiplo, assim como pensar a territorialização é abandonar o já estabelecido em linha de fuga permanente. Isto porque, no território subsistem vetores flexíveis, marginais, que provocam novos agenciamentos.

Daí justificamos a relevância desse estudo pela contribuição na compreensão dos agenciamentos coletivos, representado nesse estudo pelas variáveis - ações do poder público e como estes agenciamentos interagem diante das condições socioeconômicas existentes nos bairros estudados, a oferta do microcrédito nesse engajamento socioeconômico e a reações individuais e coletivas dos moradores.

Dessa maneira, o texto fundamenta-se nas escolhas teóricas das categorias referentes ao microempreendedorismo, agenciamentos coletivos e a territorialização, consubstanciados pelo conjunto de ações realizadas pelo poder público, as parcerias estabelecidas com bancos e destinadas aos moradores no intuito de gerar uma ação de autodeterminação dos moradores como empreendedores.

Para abordar a realidade vivida pelos empreendedores, na metodologia de elaboração do artigo lançamos mão do recurso das observações em campo e entrevistas com moradores dos bairros

periféricos de Sobral-CE que foram estudados e de funcionários da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Econômico-STDE.

Em seguida analisamos, conforme Haesbaert; Bruce (2002), de que maneira os agenciamentos dos corpos correspondem a esses movimentos por meio das subjetividades criadas para alcançarem e permanecerem com o status de empreendedor(a). Nisto reside outro aspecto metodológico ao comparar o que foi projetado/proposto pelas instituições públicas para o território e a concretização destas medidas. Nesse sentido, procedemos à verificação da existência de materialidades e os elos existentes nos bairros correspondentes a este aspecto de empreendedorismo conforme relações entre microcrédito e formalização dos “pequenos negócios” ou “comércios de proximidade”.¹ Em seguida a estes procedimentos apresentamos dados e informações que mostram a territorialização do microempreendedorismo nos bairros periféricos conforme a busca de dados e informações junto a Prefeitura Municipal de Sobral.

A organização dos tópicos do artigo mostra primeiro os engajamentos socioeconômicos presentes no território da cidade discutindo aspectos temporais e os mecanismos utilizados nos anos 1990 ao presente, com destaque para a participação do governo municipal. Em seguida discutimos o tipo de periferia analisada no estudo, as articulações produzidas para esta, e as respostas territoriais segundo tomada de decisões individuais e coletivas.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E ENGAJAMENTO AO MICROEMPREENDEDORISMO EM SOBRAL- CE

As políticas públicas de desenvolvimento local promovidas na cidade de Sobral e têm como característica, a formação dos elos entre os moradores da periferia e o microcrédito. Para isso, tiveram o resguardo dos agenciamentos coletivos produzidos com base no poder econômico e sua capacidade de adentrar nos territórios. São elos que dependem das articulações produzidas com o poder público e fundamentadas no atendimento da rentabilidade e das demandas sociais, principalmente aquelas relacionadas às formas de trabalho.

Já no período referente ao final dos anos 1990 e início dos anos 2000, o Poder Público Municipal, ao visualizar os entraves socioeconômicos, passou a realizar medidas de enfrentamento dos contrastes sociais da população, passando a ofertar possibilidades de inserção no mercado de trabalho ou ainda de geração de renda. As medidas, conforme o discurso da época, que previam

¹ O comércio de proximidade apresenta muitas características do comércio tradicional, como seja: gestão familiar, baixo capital de giro e a ausência quase que total do livre serviço, uma vez que o volume de vendas é efetuado por meio do contato direto entre vendedor e consumidor, característica essa mais contundente da condição de comércio tradicional. Entretanto, o comércio de proximidade também está inserido no processo de financeirização, potencializado pelo uso de novas técnicas/ tecnologias, em busca de maior rentabilidade do negócio (GOMES, 2020, p. 216).

atender ao anseio social e promover o desenvolvimento local em Sobral culminaram na implantação, em 1997, do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico Local Integrado e Sustentável (LOURENÇO, 2003).

Essa ação de incentivo aos empreendedores foi organizada a partir de 1998 com o Programa Trabalho Pleno que efetivou medidas para enfrentar os entraves como a precariedade do mercado de trabalho local e a necessidade de promover lógicas mais sustentáveis de desenvolvimento. Consequentemente, a busca pelo desenvolvimento local ou ainda de processos de produção de cidadania, enfrentaram como principal desafio, a baixa instrução e falta de qualificação dos moradores da periferia. Isso dificultava a geração de novas formas de empreendedorismo e a versatilidade do leque de empregos em razão das oscilações qualitativas e quantitativas do mercado de trabalho daquele momento (MONIÉ; HOLANDA, 2001).

A política pública do Programa Trabalho Pleno, mobilizou a atuação do poder público e dos bancos para a disseminação do acesso ao “financiamento” que Lourenço (2003) delineia nos passos em sequência abaixo:

- 1) Informação;
- 2) palestras;
- 2) Capacitação Gerencial (Banco do Nordeste, IDT ou SEBRAE);
- 3) Visita ao local do empreendimento: agente do banco ou da Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- 4) Cadastramento: do proponente e avalista ou demais componentes do grupo: preenchimento da ficha cadastral e apresentação de fotocópia (não autenticada) dos seguintes documentos: Registro Geral, CPF/MF, comprovante de endereço (conta de água, luz ou telefone) e comprovante de que votou na última eleição. Realizada pela SDE e enviada ao banco;
- 5) Acolhimento da proposta: apresentação do Plano de Negócios e recepção dos orçamentos (reforma) e cartas-propostas. Aprovação pela COMUT;
- 6) Contratação: Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município de Sobral. O contrato, após colhidas as assinaturas, é encaminhado ao Banco do Nordeste para a liberação de recursos;
- 7) Liberação de recursos: De posse do contrato assinado, o Banco do Nordeste libera diretamente para o proponente os recursos referentes ao capital de giro ou reforma; e
- 8) Acompanhamento: o Banco exige a apresentação das notas fiscais e realiza visitas ao local do empreendimento financiado.

No que diz respeito ao financiamento como política pública do Programa Trabalho Pleno, de 1997 a 2000, Lourenço (2003), na tabela 1, apresenta os resultados da pesquisa de 2001 referente aos

financiamentos concedidos naquele período. Desse modo, 552 projetos foram contemplados, sendo a grande maioria dos financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste, mantendo ou gerando 474 empregos.

Tabela 1 - Financiamentos concedidos pelo Programa Trabalho Pleno, no Município de Sobral – CE (jan. / ago. 2001).

Instituição Financeira	Nº Projetos	Vr. Financiado	Empregos Mantidos/Gerados
Banco do Nordeste	337	549.546,78	394
Caixa do Povo	215	39.620,00	80
Total	552	589.166,78	474

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Sobral (ago./2001) cf.: Lourenço (2003).

Com relação ao prosseguimento do engajamento ao microempreendedorismo no presente, nos levantamentos e observações nos bairros, verificamos a interlocução com as formas de trabalho que constituem os elos com o microcrédito. Primeiramente, nos deparamos com a intensa participação das “mulheres pós-idade escolar” nas atividades que configuram a pequena produção manufatureira, de pinturas e artesanatos de produtos feitos com base na reutilização de materiais e costura. A gastronomia tem maior amplitude de participação de gêneros e variação de faixa etária, principalmente homens adultos que atuam desde a produção à comercialização de salgados, bolos, doces, pizzas e outros tipos de refeições. Na área da beleza, predominam jovens pós-idade escolar e na comercialização de perfumaria e vestuário, manicures, barbearias, esse último mais crescente.

Haja vista os elos citados e a respeito das formas de trabalho entre os contratantes do microcrédito, formas de trabalho, a participação do poder público em Sobral no presente se concentra na disponibilização de ações direcionadas ao emprego (autoemprego).

Esse engajamento ao empreendedorismo ocorre, no momento, fundamentado no “combate à pobreza”, no acesso ao trabalho e à renda, por meio das articulações para formar uma “rede de apoio” orientada pela STDE, com a utilização de instrumentos compostos por feiras e cursos profissionalizantes, os quais manifestam a “vontade coletiva”² e reforçam a percepção de empreendedorismo na periferia.

Dentre as ações específicas realizadas pela STDE, que incentivam os informais, desempregados, empreendedores e os contratantes do microcrédito, verificamos as seguintes estratégias, segundo entrevista com funcionário da STDE, e também com base nas informações dos editais publicados por esta secretaria:

- Levantamento do anseio de cursos com os líderes dos bairros e associações;

² Vontade Coletiva: Segundo funcionária da STDE os cursos requisitados são os mais ofertados.
INSS 2317-5419

- Os cursos profissionalizantes que atendem ao requisito formação técnica são ofertados em parceria com SEBRAE, SENAI e SENAC;
- O curso ofertado é novamente oferecido após um dado período, a fim de que a primeira oferta gere retorno nas taxas de empregabilidade.
- O reforço na sala do empreendedor no auxílio à formalização das atividades e orientação para expedir um Alvará.
- A construção de espaços com o objetivo de fortalecer o comércio nos bairros a exemplo da Praça do Empreendedor construída no bairro Sumaré (Rua Maria Montão);
- Organizar a ocupação desses espaços de comércio por meio de editais que estabelecem as condições de ocupação: os concorrentes que devem ocupar devem ser também moradores há, pelos menos, dois anos dos bairros do território II - Dom José, Alto Novo, Padre Palhano, Sumaré, Estação, Santa Casa e Pintor Lemos.
- Quanto aos ramos de atividades, a Praça do Empreendedor é diversificada, para atender a demanda dos empreendedores, sendo dividida por setor, com as seguintes atividades elencadas abaixo: - box tipo I - serviços (7 vagas); II- box tipo II - confecções e artesanato (3 vagas); III - box tipo III - alimentação (2 vagas).
- A existência dos programas “ocupa juventude”, medida que oferece cursos profissionalizantes para pessoas de 16 a 29 anos, e a segunda chance para aquelas acima de 30 anos.

As ações relatadas pela STDE, conforme entrevista e documento citado, destacam, primeiramente, a identificação daqueles que estão desempregados, mas que estão buscando novas possibilidades de ocupação. Em segundo lugar, os instrumentos operacionais para realizar essa identificação, estão as necessidades levantadas no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), portanto não identificamos mecanismo específico. Desse modo, o foco dessas medidas visa aqueles que querem se tornar empreendedores e realizar mais um passo, profissionalizar-se, e/ou buscar condições para “montar o empreendimento”.

Estes aspectos de reconhecimento e informação sobre o território e suas demandas populacionais, no entanto, tão essenciais para a organização das medidas a serem tomadas por bairro, são visualizados em pesquisas realizadas por instituições relacionadas ao sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (SESI); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), segundo funcionário da STDE.

Com essas considerações a respeito da penetração das ações realizadas pela STDE em paralelo com os esforços dos autônomos e microempreendedores, os próprios arranjos verificados são a busca

da sua valorização laboral, que tem como elemento básico a aceitação dos seus serviços/ tipo de comércio no bairro. Soma-se também ao atendimento das demandas de consumo e com base em suas relações pessoais entre os moradores.

3. MICROEMPREENDEDORES E MICROCRÉDITO NOS BAIROS PERIFÉRICOS DE SOBRAL-CE

Nesta seção queremos abordar, primeiramente, a experiência da pesquisa na periferia de Sobral, sobretudo, no que se refere à movimentação entre os agenciamentos políticos e do corpo individual realizados com base na mediação do microcrédito. Assim, a primeira ação realizada foi a contemplação dos bairros identificados pela “tecnocracia municipal” como periféricos, ou seja, populares (FREITAS, 2005).

Para Sposito (2004) diversos fatores contribuíram para a formação da periferia, “[...] desde aqueles próprios do meio físico, passando pelas vias de circulação e pelas irregularidades da produção do solo urbano.” (p. 120). Com relação à localização, a "periferia" também é reconhecida pela falta de infraestrutura com equipamentos de serviços deficientes, sendo lócus da reprodução da população de baixa renda (SANTOS; SERPA, 2004).

Os atributos ressaltados, segundo Corrêa (1986), para a periferia do povão são relacionados aos que a ocupam, sendo esta população caracterizada por participar da rotatividade na inserção entre aqueles que ocupam no circuito inferior da economia urbana, em ocupações ocasionais e outros agenciamentos socioeconômicos demarcados pela escassez econômica e infraestrutura precária e/ou deficitária em seus bairros, gerando uma sinergia entre a composição espacial e a pessoa.

Desse modo, a descrição dos bairros periféricos e seus atributos socioespaciais, pontuam os elementos visíveis e expressos na pesquisa através da materialidade do engajamento ao empreendedorismo, destacando sua dimensão territorial, ou seja, os tipos de negócios gerados pelo microcrédito.

Ao percorrer os bairros do povão de Sobral, contemplamos as conexões vivenciadas entre microcrédito e as materialidades em cada bairro. Desse modo, compreendemos os atributos que Corrêa (2007, p. 66) refere-se à divisão do espaço intra-urbano:

A divisão social do espaço intra-urbano traduz-se por um complexo e instável mosaico de áreas sociais, identificadas a partir da combinação de atributos indicadores de status sócio-econômico, infra-estrutura, características familiares, migrações e, onde for o caso, etnia, língua e religião. O arranjo espacial das áreas sociais é complexo e influenciado por características como tamanho da cidade, características econômicas, taxa de crescimento, sítio, plano urbano e políticas públicas. O arranjo espacial, por outro lado, deriva de lógicas locacionais, puras ou combinadas, associadas à apropriação de áreas cujo valor deriva da distância ao centro, às amenidades, aos subcentros comerciais, aos eixos de tráfego ou deriva da localização em função de setores de amenidades (CORRÊA, 2007, p. 66).

Desse modo, o primeiro atributo se refere ao povoamento das áreas periféricas, composto em sua maioria por migrantes de municípios e cidades vizinhas. Estes processos migratórios estão relacionados aos distintos momentos socioeconômicos, principalmente, da atividade industrial. O crescimento da população residente ocorreu pelo regime de autoconstrução ou mutirão com a ocupação da área cedida pelo Poder Público Municipal nos anos 1970 e 1980.

Outra modalidade de ocupação ocorreu nas duas décadas do século XXI com a construção de residências populares, como foi no caso do bairro Novo Recanto, e, por último, o acesso à residência com o financiamento da Caixa Econômica Federal (CEF), por meio do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), a exemplo do residencial Meruoquinha. Algumas casas, apesar do espaço limitado e conforme composição familiar (avós, pais, filhos e netos) foram reorganizadas para alocar o “pequeno negócio”.

Quanto a infraestrutura dos bairros analisados, percebemos que há um descompasso, ou seja, não acompanha o ritmo da ocupação, visto que são visíveis as falhas no saneamento básico, pavimentação das vias e, sobretudo, a falta de planejamento das ruas, o que dificulta a circulação no interbairro.

No que se refere, ainda, aos serviços públicos, são citadas com frequência as conexões entre o Centro de Referência da Assistência Social - CRAS e as populações, compondo um dos principais pontos de acolhimento e direcionamento a outros serviços públicos, inclusive aos relacionados à inserção no mercado de trabalho.

Há ainda bairros que possuem a Estação Juventude³, onde são realizados cursos e oficinas artísticas durante o ano, como também os encaminhamentos para a seleção e preenchimento das vagas do Jovem Aprendiz e cadastros diversos para emprego. Nesse serviço, percebe-se a efetivação do engajamento ao empreendedorismo dentro do bairro, onde os moradores podem requerer o tipo de curso, conforme oferta da STDE em parcerias com outras instituições.

Logo, o fato de o morador passar a ter uma qualificação ou até ofício reforça o estímulo para buscar capital e recursos financeiros para concretizar sua atividade. Quando não encontra no contexto familiar, recorre aos empréstimos e/ou ainda aos agiotas.

Percebemos, ainda, a existência de uma certa “hierarquia” entre as famílias que residem nos bairros há mais tempo, tendo o privilégio relativo à participação em associações comunitárias e

³ Estação da Juventude: Centro para realização de ações estratégicas para ofertar aos jovens, de 12 a 29 anos, políticas e programas que garantam seus direitos e os auxiliem na emancipação, participação social e autonomia, levando em consideração a história, a cultura e as potencialidades de cada território e dos grupos que o habitam. <https://www.sobral.ce.gov.br/>

comunidades religiosas. Alguns microempreendedores também ocupam um certo destaque e prestígio no bairro.

No caso do bairro Sumaré e Novo Recanto, por exemplo, podemos observar a ocorrência de diversos pequenos negócios ocupando um compartimento da casa, mas também o uso do espaço público voltado para o comércio e consumo. Observamos ainda a ocupação da maior parte da praça Vitória no bairro Expectativa, pelos microempreendedores que também são contratantes de microcrédito. A figura 1 mostra a utilização de um cômodo da residência adaptado para realização de comércio com a ocupação da parede por prateleiras com mercadorias. Isso conduz o microempreendedor a abdicar de um cômodo da casa e reorganizar o espaço da residência para atender o propósito de comércio.



Figura 1 - Adaptação de cômodos da casa para pequenos negócios do bairro Novo Recanto.
Fonte: Acervo, Sara Brito (2020).

Já a figura 2 apresenta a ocupação da praça pelos microempreendedores com bancas de produtos organizadas pela STDE conforme tipo de mercadoria e serviço, junto a ocorrência simultânea das atividades culturais.



Figura 2 – Ocupação do espaço público pelos microempreendedores no bairro Expectativa.
Fonte: Acervo, Sara Brito (2020).

Retratando o caminho realizado por um dos entrevistados, no bairro Padre Palhano, em relação ao tempo de atividade, este já tem cerca de 15 anos que toma crédito através dos programas de microempreendedorismo. O valor que consegue retira para investir. Esses elementos afetam a feição do empreendimento e do consumo no bairro. No que concerne aos apontamentos acerca dos autônomos/microempreendedores, realizamos o seguinte diálogo com Júnior, morador do bairro Padre Palhano:

Aqui é só o que tem. Aqui tem de tudo. Se você vê, tem uns que estão muito bem, que se destacam pelos produtos que vendem, são diferenciados. [...] Você acha que eles realizam empréstimos para colocar esses negócios? [...] sim o cara da esquina que faz móveis, a gente sabe que ele faz, com toda certeza. Ele começou com pouco. Hoje ele faz móveis pra todo lugar que você imaginar, tudo caprichado, até pra loja do centro. Tem a Oci, ela faz também, tem uma lojinha bem ajeitada de perfume. O rapaz que vende fruta, e a do salão também, a gente sabe que ela faz. Ela tá crescendo muito, muita gente faz e dá certo. Sabe outra coisa importante, é com esse dinheiro do auxílio da pandemia e o fato do povo não sair muito, o comércio que tava ruim das pernas melhorou bastante. O meu mesmo, por que agora o povo compra mais aqui. A gente pode ir lá mais tarde nessas pessoas. (Entrevista em agosto de 2020).

Quanto às casas adaptadas para o comércio, observamos uma reorganização dos compartimentos, em geral, da sala ou parte desta ou, ainda, a separação de um quarto que irá abrigar as mercadorias. Externamente também ocorre a mudança no portão para um mais largo que possa oferecer maior visibilidade aos clientes. Esses tipos de empreendimentos possuem forte influência do microcrédito conforme verificamos e se constituem para atender ao consumo da vizinhança.

Os tipos de negócios e serviços que formam os pontos comerciais dos bairros da periferia também tem o estímulo econômico do microcrédito. A criação desses empreendimentos denota, no entanto, disparidades perceptíveis com relação a variedade e quantidade de comércios e serviços dispostos em cada bairro. Nesse aspecto, vale o tempo de existência do bairro e a capacidade de os

moradores investirem no próprio território, já que não é comum que investidores do centro montem negócios nesses bairros.

Assim, os bairros mais antigos têm maior variedade de comércios e serviços em quantidade e formalização. No diário de campo, observamos os seguintes tipos de comércio e serviços:

- ✓ Comércios – mercearias, bodegas - que vendem produtos da cesta básica e bebidas também encontradas em supermercados;
- ✓ Lojas de vestuário, higiene e variedades (lojinhas);
- ✓ Hortifrutigrangeiros (frutas, hortaliças, legumes);
- ✓ Carnes (frigoríficos, frangos de granjas, casas de assados, restaurantes);
- ✓ Serviços de estética (salões de beleza, manicures, etc.);
- ✓ Serviço de oficinas de conserto de autos (carros, motos e bicicletas).
- ✓ Outros pontos de consumo: bares, lanchonetes, casa de bolos, padarias.
- ✓ Comércio e serviços de saúde (Academias de ginástica). Dentre os bairros analisados, apenas um possui farmácia;
- ✓ Serviços e comércios mais escassos: marcenarias e material de construção.

O comércio de proximidade (GOMES, 2020), a que podemos acrescentar serviços de proximidade, são pistas importantes em nosso estudo, pois, segundo as observações e anotações de campo, são esses comércios e serviços de proximidade que estabelecem uma relação de uso do microcrédito, seja em sua fase inicial e/ou de manutenção do “negócio” nos bairros periféricos de Sobral. Segundo Gomes (2020), é um tipo de comércio que não necessariamente é tradicional. São estabelecimentos que oferecem produtos de consumo imediato e com funções ocasionais. São também pontos de encontro no bairro para convívio entre os moradores nos tempos livres.

Assim ocorre com o empreendedor Wellington e sua esposa, donos de um depósito de água, que aproveitam o período noturno para vender espetinho de carne na porta de casa. A satisfação de não possuir patrão e conseguir “dar conta da sobrevivência”, perpassa pelos anseios, quanto à escassez de capital próprio e a busca para vender sua mercadoria dentro e fora do bairro Terrenos Novos, que possibilite algum “alívio” para pagar os fornecedores, sustentar a família e manter sua atividade.

Logo, a articulação do comércio de proximidade ocorre diante do prestígio social que esses comerciantes e ou prestadores de serviços possuem dentro do território, seja a partir da capacidade pessoal de inserção em outras circunstâncias dentro no bairro (religiosas, artísticas e de solidariedade), aglutinando para si a preferência no consumo e a permanência diante da disputa entre

o que é ofertado no bairro e no centro. Assim acaba atingindo um dos propósitos do empreendedor, que possibilita a manutenção do “empreendimento”. Esse aporte de compreensão do comércio de proximidade revela também as características dos negócios e empreendimentos, ou seja, a maneira como ocorre no bairro.

Nessas circunstâncias de incentivos à formalização, os empreendedores são inseridos num âmbito propício a participar das “vantagens” socioeconômicas, e uma destas é a ampliação do valor do empréstimo junto aos bancos após a formalização, a fim de que o empreendimento, ao capturar o recurso financeiro, “cresça” e possivelmente possibilite ao empreendedor maior rentabilidade. Isto porque, dependendo da atividade, possa gerar também oportunidade de trabalho, transpondo os membros familiares como “funcionários”.

E quando destacamos os esforços municipais para a formalização dos negócios com suporte na existência de um espaço voltado para a comercialização, não pretendemos classificar a atitude em positiva ou negativa, apenas estamos demonstrando as articulações que o microcrédito assume no território, contribuindo para territorialização, uma vez que, por meio dos empréstimos, a multiplicidade de comércios e serviços é formada e fortalecida, assim como as relações sociais, culturais e de prestígio entre os moradores, são modificadas.

Vale ressaltar a ação pública na construção de um equipamento comercial como a Praça do Empreendedor, no bairro Sumaré, e no recrutamento dos empreendedores por meio de edital. Assim, aqueles que já possuem formalização (empresa registrada) concorrem às vagas conforme o tipo de empreendimento.

Desse modo, o movimento realizado pelos empreendedores pode estar relacionado à “vontade própria” ou desejo de independência, mantendo um modelo de desejo de identidade, enquanto elaboração social e histórica, baseada no anseio pela mobilidade social, no sucesso financeiro, idealizando uma imagem de que está relacionado um estilo de vida empreendedor.



Figura 3 - Praça do empreendedor Manuel Ribeiro Pinto (Manelin), Bairro Sumaré, Sobral/CE.
Fonte: (BRITO, 2020).

A Praça do Empreendedor Manuel Ribeiro Pinto (conhecida pelos moradores como Manelin) está localizada na Rua Maria Montão, no bairro Sumaré e, segundo o Poder Público Municipal, tem a finalidade de servir como um centro de comercialização que contribua com o empreendedorismo no bairro. Associado à construção do equipamento, as medidas de profissionalização e formalização são práticas entendidas pela gestão pública como uma “evolução efetiva” do autônomo, haja vista que somente podem concorrer ao edital de ocupação da praça aqueles empreendedores possuidores de empresa com firma aberta.

Sendo assim, o percurso do empreendedor pressupõe estágios que são anteriores, pois com a formalização, a ocupação de um ponto comercial passa a ser uma nova etapa que poderá vivenciar. Contudo, a realidade da grande maioria dos empreendedores parece distante dessa situação ideal. Segundo as entrevistas realizadas, os empreendedores, para concorrerem ao edital, buscam a formalização às vésperas. Isto nos faz refletir sobre a formação de um perfil de empreendedor que o poder público almeja projetar, ou seja, que tenha a capacidade de organização e funcionamento como microempresa, dando continuidade ao negócio, seja com a utilização de capital próprio ou oriundo de bancos.

No que se refere à ocupação de um ponto estratégico na Praça do Empreendedor, o custo gerado para transferir o empreendimento de casa para um espaço comercial (taxa de água, luz e ocupação, serviço de segurança), são custos que somente os empreendedores com maior estabilidade na atividade conseguem incorporar. Neste caso, há uma situação no território em que o poder público visualiza a formalização dos espaços de negócios, de maneira que os comércios e os serviços entre os bairros do território II (Dom José, Alto Novo, Pe. Palhano, Sumaré, Estação, Santa Casa e Pintor Lemos) sejam reestruturados. A reorganização locacional e a forma como o comércio é apresentado efetiva-se para STDE com a formalização e configuração material dos empreendimentos. Nessas condições, é possível refletir sobre o que se combate - a pobreza e/ou a informalidade? Podem ser os dois?

Neste equipamento da praça, a expectativa é que os negócios prosperem e os comerciantes possam ocupar outros prédios e então, liberar os espaços para que novos negócios sejam montados e acompanhados. Segundo o edital, os permissionários podem ocupar as lojas por um ano, com prazo prorrogável por igual período, conforme consta no item 4 do edital: “4. DO PRAZO DA PERMISSÃO - 4.1. A vigência do Termo de Permissão de Uso será de 12 (doze) meses, podendo, a critério da Administração, ser renovada uma única vez por igual período.” (SOBRAL, 2022).

Notam-se, então, com a ocupação da praça, as resistências no bairro como locais priorizados para o empreendimento, seja por quem não tem como participar do edital ou por considerar que o funcionamento pode afetar de maneira negativa seu negócio. Além disso, o espaço permite a vinda

de empreendedores de outros bairros, que possuem maior potencial econômico para fazer o negócio ter continuidade, podendo afetar os empreendimentos dali.

Ainda correspondente ao conjunto de ações realizadas pelo poder público, outro projeto é o Circuito de Feiras nos Bairros e Distritos, coordenado pela STDE (Figura 4). Segundo o funcionário entrevistado, tem o intuito de integração entre os bairros periféricos e destes com o centro por via da comercialização e divulgação dos produtos.



Figura 4 - Circuito de feiras, organizado pela STDE, com base na integração lazer e consumo.
Fonte: (BRITO, 2019).

Dessa maneira, percebe-se o aproveitamento das feiras como simbologia e memória coletiva dessa forma comercial como aponta Gonçalves (2019) ao tratar da feira nordestina, pois no que se refere às manifestações do comércio popular, a lembrança afetiva de modo de comércio é preservada como tradição, sobretudo, do comércio de produtos feitos artesanalmente.

As feiras de Artes e Negócios promovidas pela STDE, além de valorizarem o comércio popular em locais públicos, onde se expõem as mercadorias, resguardam as ações culturais com apresentações, agregando estrutura física como a montagem de palco e painel que destaca a organização institucional, no caso a Prefeitura Municipal de Sobral. Registramos em diário de campo a descrição da organização da feira dos empreendedores na praça:

A feira que tivemos a oportunidade de participar no bairro Expectativa, na Praça Vitória, em frente a uma das Unidades da Grendene, as tendas estavam dispostas em fileiras, conforme o tipo de atividade, serviços ou mercadorias. De um lado, roupas, artesanato, laços, brinquedos de panos, pinturas, objetos de enfeite. Do outro lado, comidas (lanches, janta, canja, variados tipos de bolos, doces, sucos). (DIÁRIO DE CAMPO, ago., 2020).

Quanto à movimentação da feira, a população mostrava maior interesse pela atração musical. Ocorria um vaivém de crianças e adolescentes aproveitando os espaços da praça, os brinquedos, assim como de consumidores, olhando, comprando, principalmente alimentos preparados, cujos preços

eram mais acessíveis quando comparados aos de vestuários e produtos de perfumaria. Dessa maneira, a movimentação na feira aumentava no horário de saída dos funcionários da fábrica Grendene que aproveitavam as atrações e o encontro com conhecidos para conversar, permanecendo na feira.

A feira de Artes e Negócios ocorre uma vez por mês, no caso do Bairro Expectativa. Porém, devido a pandemia de COVID-19, foi interrompida. No período da pesquisa, essa feira ocorreu apenas uma vez nesse bairro. Quando visitamos a feira, buscamos identificar dentre os feirantes aqueles que possivelmente contratam o microcrédito. Na ocasião, conversamos com dois feirantes. Um já contratou empréstimo, mas em razão da dívida contraída e da impossibilidade de negociá-la com o banco, optou por contrair empréstimo com agiotas. A segunda entrevistada realizava empréstimos há quinze anos e, nesse período, já solicitou empréstimos em vários bancos.

A primeira conversa que tivemos foi com o vendedor de churros chamado Eduardo, que nos trouxe a percepção do empreendedor que realiza distintos movimentos na busca por dinheiro. Este exemplo empírico corrobora o que Santos (2004) aponta como a procura desenfreada por capital entre os pobres, e/ou entre aqueles que participam do Circuito Inferior. Destacamos esse movimento de busca por dinheiro nos bancos, a partir do microcrédito, que vai depender das possibilidades do território, da capacidade individual do empreendedor em contrair empréstimos e manter seu nome “limpo” para continuar retirando empréstimos nos bancos.

Outro diálogo foi realizado com a artesã e vendedora de canetas decoradas, Maria da Conceição Gomes. Ela nos revela que contrata o microcrédito há quinze anos nos bancos. Destaca sua relação de dependência com o capital financeiro, tanto para a sobrevivência, com a realização de objetivos de empreendimento, quanto para pagamentos de contas.

A visita à feira de Arte e Negócios no bairro Expectativa nos fez constatar as condições que os empreendedores enfrentam para se manter no circuito das feiras. Primeiro, se refere à promoção da autoimagem, pois estar na feira pode significar estar na ativa, na busca da revitalização formal como empreendedor/a junto aos moradores. Outra condição é mostrar para as pessoas o que sabe fazer, ou seja, a demonstração da experiência motiva seu engajamento social e o reconhecimento da população para o consumo. A figura 5, a seguir, mostra a organização do espaço da Feira de Arte e Negócios e a presença da população do bairro visitando e consumindo os produtos e serviços.



Figura 5 - Feira de Artes e Negócios, no bairro Expectativa, em Sobral- CE.
Fonte: (BRITO, 2019).

Ainda com relação à realização das feiras, verifica-se a intencionalidade de impulsionar o consumo interbairro, configurando-se numa estratégia territorial de promoção do consumo de produtos do próprio bairro, gerando valores e contribuindo para a elaboração de identidades e regulações sociais, definindo mapas culturais (DOUGLAS, 2006). Nesse sentido, consideramos que os produtos ofertados nas feiras pelos empreendedores despertam o interesse dos moradores. As pessoas que já convivem com os empreendedores se deslocam no dia da feira com seus filhos e amigos para consumirem, construindo momentos de lazer no espaço da feira.

Outro aspecto cultural relevante na construção das identidades e regularidades na feira é o consumo de bebidas e comidas típicas que, embora tenham menor valor econômico, possuem grande apelo nas intenções de consumo das pessoas. Este segmento, juntamente com a demonstração de serviços de beleza, tem maior participação da mulher como empreendedora. Conforme visualizamos, entre os 42 expositores das tendas, percebemos a participação de 30 mulheres e 12 homens.

Os empreendedores que vendem vestuário e produtos de artesanato na feira encontram mais dificuldade em comercializar seus produtos que são vendidos em menor intensidade do que os alimentícios. Mesmo com poucas vendas, esses empreendedores participam da feira para divulgar o que fazem, fazendo frente a outros vendedores do mesmo tipo de produto, e também para manter o compromisso assumido com o CRAS e com as lideranças do bairro.

Em relação às feiras e suas repercussões, sobretudo, para os agentes do Circuito Inferior, o poder público municipal busca incentivá-las, em parceria com outras instituições a fim de promover a comercialização de produtos nos bairros periféricos e no centro, alimentando, assim, uma cultura da formação empreendedora, devidamente reconhecida pelo marketing do ser empreendedor autônomo.

Além disso, a perspectiva de fortalecimento do empreendedor autônomo é concebida pelo poder público na identificação daqueles segmentos da população que atendam aos estímulos

socioeconômicos e possam se atribuir maior responsabilidade com engajamento ao microcrédito. Nesse tipo de engajamento, as materialidades são constituídas, via poder público, para a formalização dos empreendimentos, interferindo de maneira direta na territorialização destes nos bairros, como já mostrado na Praça Manelin, com espaços direcionados ao fortalecimento e organização dos serviços e comércios no interbairro, levando a um direcionamento da territorialização do empreendedor nos espaços promovidos pelo poder público.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões levantadas neste trabalho nos mostram a inserção do microcrédito nos bairros periféricos (do “povão”!) de Sobral e a participação do poder público municipal no engajamento dos microempreendedores em atividades geradoras de renda a partir do seu saber e poder fazer, conforme ainda, os recursos disponíveis e/ou que podem ser contratados no território, sejam estes provenientes da articulação com o poder público, bem como de agenciamentos econômicos como tomadores de microcrédito.

No caso específico de Sobral, o esforço do poder público na promoção do empreendedorismo teve início nos anos 1990 por meio do Programa Trabalho Pleno, incentivando a população do município a perceber no “auto emprego” uma oportunidade de geração de renda através da formalização de pequenos negócios, a busca de profissionalização e o acesso a recursos financeiros a partir do microcrédito.

No período atual, caracterizado pelos limites do emprego formal, conduz o poder público municipal a pensar essa iniciativa como medida que possam combater a crise urbana, de reconhecimento das demandas socioeconômicas e disposição de mecanismos de autoemprego que permita aos agentes do Circuito Inferior gerar renda, de diferentes formas que, diante do desemprego, apontam para a articulação das demandas de profissionalização, formalização e incentivo à busca de recursos financeiros, como um ciclo pelo qual os empreendedores obtêm a possibilidade de gerar renda.

As ações desses microempreendedores ocorrem nos bairros periféricos, alcançados em nossa percepção por distintas feições, pois quanto mais antigo é o bairro, melhor é a infraestrutura com ruas pavimentadas, saneamento e variedade de equipamentos públicos de saúde, educação, ação social, praças, áreas de lazer e paisagismo. Assim, também possuem maior variedade de comércio e serviços, a exemplo dos bairros Padre Palhano e José Euclides.

Ainda com relação ao tempo de formação do bairro, aspectos como a infraestrutura, número de equipamentos públicos são relevantes, mas também a população residente faz correspondência com os tipos de comércio e serviços demandados e características das relações comerciais baseadas nos

laços de amizade e vizinhança (caderno/ promissória e fiado) e na incorporação de novas tecnologias (uso de máquina de cartão e Pix).

Nos casos em que o empreendedor não consegue o perfil adequado para a avaliação bancária, por inúmeras questões pessoais ou sociais, continua realizando o movimento de busca, passando a contrair empréstimos com agiotas.

Assim, no que se refere à extensão do bairro, os tipos de comércio, serviços e movimentação nas ruas expressam uma posição de potencial dos moradores dos bairros, no que diz respeito à capacidade de consumir no seu lugar de moradia. Esses bairros citados (Terrenos Novos e Padre Palhano, incluindo também Sumaré) possuem população com maior capacidade de consumo, com base na tipologia dos comércios, que são variados e mostram características de formalização.

Sendo assim acreditamos que o conjunto de estímulos socioeconômicos municipais possuem ao longo do processo de formação dos bairros periféricos, principalmente a partir do final dos anos de 1990, um papel de articular atividades comerciais e de serviços no interior desses bairros, segundo a ocorrência de políticas públicas, com foco naqueles sujeitos que não estão inseridos no mercado de trabalho, mas que criam possibilidades de gerar renda própria. Assim, essa política pública que atuava em três dimensões: o estímulo à formação empreendedora, a formação profissional e a oferta de microcrédito. Essa agência do poder público contribui para impulsionar o empreendedorismo como comportamento e ao mesmo tempo responsabiliza o empreendedor por seu êxito ou fracasso na atividade. Conduta próprio de um individualismo que considera, portanto, a subjetivação da experiência individual, com um peso maior para sucesso na competição capitalista na sociedade, desconsiderando ou dando menor importância para a lógica de exploração e conflitos de classe como motores da pobreza e exploração.

E no que diz respeito aos bairros periféricos de formação mais recente, a organização é baseada, sobretudo, pela oferta de moradia, de maneira que as residências populares configuram esses bairros mais novos. Sendo que aqueles moradores mais consolidados possuem comércios e serviços localizados nas áreas centrais do bairro.

A presença de equipamentos públicos nesses bairros contribui para a sustentação de políticas públicas de engajamento ao empreendedorismo, a exemplo do CRAS como referência para apoio e encaminhamento para a formação profissional, gerando a expectativa da população com este serviço.

Já a presença de equipamentos públicos voltados ao consumo revela uma ação mais recente de ordenamento territorial do comércio popular nos bairros, contribuindo para o surgimento de territorialidades, sobre as quais os corpos individuais atuam recriando simbologias no que diz respeito às interações comerciais e criação de comércios e serviços no entorno.

Quanto à movimentação interbairro, o circuito de feiras promovidas pela STDE promove uma maior movimentação de empreendedores e variedade de produtos comercializados a partir do saber fazer dos próprios empreendedores, num esforço de constituir comércios e serviços que atendam às necessidades cotidianas. Esses bairros exprimem ainda uma feição mais precária. Por isso, verifica-se a replicação de pequenos negócios caracterizadas como bodegas, mercearias e lojas de variedades. Essa foi uma percepção gerada na observação de campo a exemplo do bairro Novo Recanto.

No que concerne à concretização das políticas públicas é possível considerar que a sustentação da concepção do empreendedorismo como caminho possível para geração de renda, respaldada por mecanismos dentre eles, a capacidade profissional obtida em cursos de aperfeiçoamento do “fazer”, permitiu o empreendedor seguir as tendências do mercado, levando muitos trabalhadores e trabalhadoras a empregar seu tempo e forças para produzir e comercializar. Essas ações estavam, de certo modo, restritas ao território do bairro.

Funcionando como agenciamento coletivo, o engajamento no microcrédito contribuiu para a territorialização dos espaços urbanos, nos quais os corpos individuais decidem suas trajetórias ou eram direcionados como empreendedores servindo-se ou não desses agenciamentos, mas em todas as circunstâncias, sendo impactados por estas medidas socioeconômicas nos bairros periféricos de Sobral. As necessidades vivenciadas na busca de um ponto de comércio, conduziu alguns a adaptarem um cômodo de suas residências, enquanto outros empreendedores se utilizam da prática de comércio da feira se deslocando num circuito de feiras no sentido bairro-centro, bairro-bairro, na busca maior da geração de renda, mas, sobretudo, de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

CORRÊA, R. L. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**, v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007.

DOUGLAS, M. B. I. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Tradução de Plínio Dentzien. 1 ed., 1 reimpr., Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

E-1: Gomes Ferreira Maria da Conceição (Depoimento-2019-2020) Sobral- CE, concedida em 2020, diário de Campo.

FREITAS, N. A. de. **O sabor de uma cidade**: práticas cotidianas dos habitantes da cidade de Sobral. 2005. 297 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

GOMES, R. de C. da C. O comércio de proximidade em Natal (RN). **Sociedade e Território**, Natal/RN, v. 32, n. 1, p. 214–226, 2020.

GONÇALVES, L. A. A. **A metamorfose das feiras nordestinas: a inserção da confecção popular.** São Paulo: Blücher/Edições UVA, 2019.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **Geographia**, Niterói, v. 4, n. 7, p. 7-22, 2002.

LOURENÇO, M. S. M. **Trabalho Pleno: construção do desenvolvimento local.** Sobral: Edições UVA, 2003.

MONIÉ, F.; HOLANDA, V. C. C. de. **Redes técnicas e redes sociais: problemáticas do desenvolvimento local integrado e sustentável.** Estudo de caso n° 3. Reestruturação produtiva, desconcentração Industrial e desenvolvimento local: modernização, taylorização do território e políticas públicas inovadoras no município de Sobral, Ceará. Relatório final de pesquisa. LABTeC/UFRJ – NEURB/ UVA, 2001.

SOBRAL. STDE. **Edital 01/2022** - Processo seletivo simplificado objetivando o preenchimento das vagas e cadastro de reserva para permissão de uso dos boxes situados na praça do empreendedor, no bairro Sumaré, município de Sobral, para fins de comercialização e prestação de serviços. 06 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.sobral.ce.gov.br/diario/public/files/diario/.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.